

O Drama da Colônia Japonesa de Santos Durante a Era Vargas (1937 – 1945)

RAFAEL DA SILVA E SILVA*

O presente estudo da sequência a outros realizados anteriormente sobre a presença japonesa na cidade de Santos, Litoral do Estado de São Paulo na primeira metade do século XX e aborda o drama vivido por esse japoneses durante a Era Vargas, onde muitas medidas nacionalistas foram adotadas ou agravadas e que tiveram efeito considerável na vida daquelas pessoas e para a história da colônia japonesa da cidade como um todo. Por tanto, o trabalho faz um recorte temporal referente ao Estado Novo, ou seja, entre os anos de 1937 a 1945, utilizando como principais fontes de pesquisa, apoiadas nas referências bibliográficas, os Prontuários do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) encontrados Arquivo Público do Estado de São Paulo e em entrevistas de História Oral com pessoas que vivenciaram de alguma maneira o referido contexto, entre outros documentos. Assim o estudo propõe-se a investigar os efeitos das políticas nacionalistas do Estado Novo na Colônia de Santos e o que revelam os documentos encontrados no DOPS.

O levantamento dos prontuários do Arquivo Público do Estado De São Paulo foi realizado utilizando as palavras-chaves ‘imigrante japonês’ e ‘Santos’, sendo coletados setenta e cinco prontuários que correspondiam a estas palavras. Para a História Oral, utilizou-se questionários semi-estruturados para a obtenção de história de vida resumida, baseando-se em trabalhos anteriores realizados pela autora Zeila de Brito Fabri Demartini (2005), com o uso de uma filmadora acoplada a um tripé. Obviamente que esses levantamentos não poderiam ter sido realizados sem apoio da bibliografia referente ao assunto, destacando-se os trabalhos de Tomoo Handa, Hiroshi Saito entre outros.

Breve histórico da colônia japonesa de Santos

Apesar do contexto histórico do Brasil e do Japão, pode se dizer que a história da Imigração Japonesa no Brasil inicia-se com a chegada do navio Kasatu Maru no dia 17

* Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos com bolsa de estudos CAPES.

de junho de 1908. O navio atracou no Porto de Santos no dia seguinte para o desembarque, sendo os imigrantes encaminhados para as fazendas a Hospedaria de Imigrantes na Capital. A partir daí, foram distribuídos nos cafezais de acordo com a necessidade de cada fazenda (HANDA, 1987).

A colheita de café sofria constantemente com a instabilidade da mão-de-obra. Era comum a mobilidade dos imigrantes entre fazendas ou para fora delas devido às condições de trabalho. Introduzindo o imigrante japonês, os fazendeiros acreditavam que solucionariam o problema já que o novo elemento vinha de uma cultura e a língua muito diversa da encontrada no ocidente (NOGUEIRA, 1973). Aconteceu, contudo, exatamente o contrário, sendo registradas as primeiras fugas ainda no ano de 1908. A primeira delas ocorreu no dia 2 de outubro quando trinta e uma pessoas oriundas da Província de Okinawa deixaram a Fazenda Canaã e regressaram para o Porto de Santos. Segundo Tomoo Handa, esses imigrantes foram atraídos pelas semelhanças da cidade portuária com a terra natal (1987).

Esses primeiros imigrantes puderam trabalhar no cais santista e, posteriormente arrendar terras em áreas periféricas da cidade onde poderiam se dedicar, principalmente, a pesca e a horticultura (SILVA, 2011). Outros imigrantes, com isso, foram atraídos à cidade que oferecia melhores possibilidades de enriquecimento que as fazendas, elevando consideravelmente o número de nipônicos presentes na cidade nos anos posteriores. O Recenseamento de 1913 realizado pela Prefeitura de Santos (1914) contou exatamente 651 indivíduos dessa nacionalidade. Em 1925, Tomoo Handa contabilizou 1632 (1987) e, em 1943, pouco antes da remoção, o Consulado do Japão da cidade contabilizou 3800 japoneses (SILVA, 2011).

Acredita-se que, na medida em que os japoneses garantiam melhores ganhos na cidade, outros imigrantes recém chegados no país animavam-se em fugir das fazendas e regressar ao litoral (HANDA, 1987). Depois certo tempo, os imigrantes japoneses espalharam-se por toda a cidade, misturando-se ao restante da população santista, que na época já era formada por um número considerável de imigrantes de outras nacionalidades, ultrapassando inclusive o número de brasileiros no início do século XX (ANDRADE, 1995). Contudo, a presença japonesa prevaleceu nos bairros do Campo Grande, Marapé, Saboó, Macuco, Ponta da Praia. Nos três primeiros bairros destacou-se

a prática da horticultura e nos demais a pesca. Além dessas atividades, atuaram também em serviços diversos, principalmente no comércio (SILVA, 2011).

Com o passar dos anos, as condições socioeconômicas dos imigrantes tiveram um progresso relevante se comparado com os primeiros anos. Além disso, a partir de 1925, o governo japonês passou a subsidiar a imigração para o Brasil. Essa medida fez com que mudasse o perfil do imigrante, ingressando também profissionais liberais diversos. Também passou a apoiar as instituições nipo-brasileiras e incentivar as associações japonesas a construir ou aprimorarem as escolas japonesas (SAITO, 1961). Assim aconteceu em Santos, pois nesse período, a Associação Japonesa da cidade, que não se sabe ao certo quando foi fundada oficialmente, passou a ganhar maior apoio das autoridades. A primeira grande expressão da colônia foi a inauguração de um escritório do Consulado Japonês localizado na Pensão Mikado (HANDA, 1987). A partir de então, a Associação, à frente dos interesses da colônia japonesa, passou a ter maior representatividade na política local (SILVA, 2011).

Em 1929, a Associação Japonesa de Santos, com auxílio do governo japonês, adquiriu um imóvel para funcionamento da sua própria sede e onde poderia funcionar também uma escola, já que a educação era a grande preocupação (WAKISAKA, 1995), além das demais atribuições da Associação. O casarão localizava-se na Rua Paraná, nº 129, no bairro Vila Mathias. Segundo certidão de registro de imóvel, cuja cópia hoje se encontra na sede da Associação Japonesa de Santos, o terreno foi adquirido em janeiro de 1929 do Sr. Cassiano dos Santos Coelho. Em 1930, a Associação entrou com o pedido de habitação, convocando em edital publicado no jornal “A Tribuna” no dia 11 de maio de 1930, o maior número de associados possível para aprovação de empréstimo para o pagamento do prédio recém construído. Além do casarão, o terreno contava com um amplo espaço onde foi construída uma quadra de esportes.

A escola chamava-se Escola Japonesa de Santos, cuja principal função era difundir e preservar a cultura oriental através do ensino da língua japonesa seguindo o modelo importado do Japão. Além disso, mantinha turmas do ensino primário, com professoras brasileiras, seguindo o currículo do ensino público (DEMARTINI, 2000). Por fim, foi designada a coordenar o ensino da língua japonesa para as demais escolas japonesas da região e fazer a distribuição do material didático importado do Japão (SILVA, 2011). Em 1939, a Associação adquiriu o terreno situado na Rua Antônio

Bento, número 112, que corresponde à parte de trás do terreno da Rua Paraná, do Sr. Antônio Maria Martins para a construção do Internato Shogaku para receber alunos e professores de outras regiões. Ao fim, a Associação contava com um terreno entre as ruas Paraná e Antônio Bento, dispondo de uma quadra para a prática de esportes e dois casarões onde simultaneamente funcionavam o escritório da associação, a escola e o internato (SILVA, 2011).

Além da Escola Japonesa de Santos, existiram outras duas escolas fundadas por imigrantes japoneses, uma localizada no bairro do Saboó e a outra no Marapé. A primeira chamava-se, segundo o verso de uma fotografia antiga, Escola Primária da Associação de Jovens de Santos ou, como aparece no Relatório da Diretoria Regional de Santos (1940), Escola Kazushi. Esta Escola foi fundada por volta do ano de 1936 pelo esforço em conjunto dos moradores do bairro do Saboó com auxílio do governo japonês. Assim como a Escola Japonesa de Santos, manteve simultaneamente cursos de língua japonesa e o Ensino Primário seguindo o currículo das escolas públicas brasileiras. Contava ainda com aulas de corte e costura e com um amplo espaço destinado a festas e eventos culturais. Quanto à escola localizada no Marapé, chamava-se Escola União Japonesa e pouco se sabe sobre ela devido às poucas fontes encontradas (SILVA, 2011).

Com isso, a colônia japonesa de Santos se solidificou como uma das mais estruturadas do Estado de São Paulo, contando com ampla rede de serviços, além de manter uma boa relação com o restante da população da cidade (HANDA, 1987). Durante a década de trinta, havia escolas, serviços diversos e espaços para manifestações culturais. A presença japonesa já não mais se limitava apenas às áreas periféricas da cidade e mesmo nesses locais, a cultura hortigranjeira e a pesca eram desenvolvidas avidamente. A educação escolar, tão valorizada pelo imigrante japonês, acompanhou o desenvolvimento da colônia na cidade, oferecendo melhores condições de ensino da língua na medida em que ia se solidificando a estrutura sócio-econômica dos japoneses na cidade.

Contudo, a década de trinta foi marcada por uma política de forte nacionalização, principalmente após o ano de 1937, impondo uma série de dificuldades a aos japoneses, principalmente aqueles presentes em regiões de segurança nacional, como era o caso da cidade de Santos.

O drama da Era Vargas

Antes mesmo do Estado Novo, medidas de caráter nacionalista e de supressão das minorias étnicas já estavam presentes no Estado de São Paulo. Em 1934, por exemplo, foi proibida a alfabetização em qualquer língua que não fosse o Português para crianças menores de dez anos, além de exigir inspeção dos materiais didáticos importados destinados ao ensino de língua estrangeira. Com a institucionalização do Estado Novo, tais medidas ganharam âmbito nacional. Assuntos relacionados à saúde e educação foram centralizados nas mãos da União e tornaram-se questões de segurança nacional (SKIDMORE, 1982).

Ações direcionadas à educação tiveram efeito imediato na comunidade japonesa, uma vez que o ensino da língua pátria, e a educação de uma maneira geral, era a grande preocupação. Em Santos, a medida teve impacto na rotina escolar das crianças cujos pais desejavam que aprendessem o japonês. Na maioria dos casos, as crianças realizavam o ensino primário na Escola Japonesa e, assim que atingissem a idade adequada para aprender a língua dos seus pais, realizavam o curso junto com o Ensino Secundário em horários distintos. Assim comenta a Entrevistada TS:

Então, meu pai já me colocou nessa escola japonesa para mim poder estudar o japonês, a língua japonesa e a língua portuguesa. Então, ele me matriculou lá e na época, só era permitido aprender o idioma japonês só quando a criança tivesse 9 anos, porque aqui no Brasil, o início escolar é com 7 anos, não é? Então, entra-se com sete anos, no primeiro ano, primeira série, então são sete, segunda são oito se a pessoa não repetir, vamos dizer. Não sei hoje em dia se existe essa palavra repetir. Com oito anos, então não era permitido entrar na aula japonesa. Só quando fizesse nove anos completo é que você poderia estudar a língua japonesa. O porquê disso? O porquê era para não atrapalhar a cabeça da criança, porque quando já estiver na segunda série, a pessoa já sabe ler, escrever o português, não sabe? Sabe tudo.

Após essa medida, seguiu-se o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, Art. 2º, que proibia estrangeiros de exercerem ou interferirem em atividades públicas de forma direta ou indireta e também os impedia de se organizar em:

[...] sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimento de caracter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem [...].

O decreto permitia a organização de estrangeiros desde que apenas para fins culturais, sem, contudo receber verba ou qualquer tipo de auxílio do governo estrangeiro. Para os japoneses, esse decreto impunha uma série de dificuldades, pois muitas escolas recebiam subsídios para manter seus professores e suas instituições direto do Japão. Logo em seguida, saiu o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938 determinando a criação do Conselho de Imigração e Colonização em substituição do Departamento Nacional de Povoamento a fim de intensificar a nacionalização dos estrangeiros. No dia 18 de novembro do mesmo ano, através do Decreto-lei nº 868:

Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou a sua propagação.

De acordo com a mesma lei, entre outras atribuições, cabia à Comissão:

Definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira.

Atingiu-se o ápice das medidas restritivas aos estrangeiros durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil rompeu definitivamente relações diplomáticas com os países do Eixo (Japão, Alemanha e Itália) em apoio aos Aliados. Até pouco antes da Guerra, o país procurou manter-se em estado de neutralidade, articulando diplomaticamente com ambos os lados. Até aquele momento, o governo do Estado Novo causava certa euforia nas autoridades ligadas ao fascismo e ao nazismo, devido às suas semelhanças ditatoriais (SEITENFUS, 1985. p. 76–85). Contudo, o advento do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros com destino à América do

Norte forçou o Brasil a declarar guerra contra Alemanha (CASTELO BRANCO, 1960. p. 54).

A partir desse momento, os imigrantes japoneses, alemães e italianos deixaram de representar um problema de nacionalização para serem vistos como caso de segurança nacional ou, até mesmo para alguns, inimigos de guerra. O envolvimento do Brasil na guerra inevitavelmente surtiu efeitos negativos diretos e indiretos para as colônias imigrantes. Como forma de indenização, o governo determinou no dia 11 de março de 1942 através do decreto-lei n° 4166 o congelamento dos bens dos imigrantes causados pelos estragos na guerra (CASTELO BRANCO, 1960. p. 55). O mesmo decreto permitiu que se nacionalizassem Instituições mantidas por imigrantes consideradas de utilidade pública.

O funcionamento da Escola Japonesa de Santos e das demais escolas japonesas foi severamente dificultado. Além de deixar de receber apoio do Governo Japonês, a escola teve que nomear um diretor com formação de professor normalista no Brasil. Com isso, foi enviado direto do Japão o professor Akio Yanaguisawa para realizar o curso de professor normalista na cidade de Jundiaí, ocupando posteriormente o cargo diretor na Escola. Assim contou o Entrevistado SY:

Meu pai, ele veio do Japão, embarcou, ou melhor, chegou aqui no Brasil em 1935, instalou-se em São Paulo como Professor normalista, encaminhado pelo Ministério da Educação do Japão [...] em 34 ou 35 se não me engano, ele foi morar lá em Jundiaí, para fazer um curso de complementação, um curso normalista, na cidade de Jundiaí [...] Então, o meu pai, vindo para cá, para a Escola Japonesa, na Rua Paraná, 129, ele então tornou-se o diretor responsável pela Escola Japonesa.

Para manter-se em funcionamento, a Escola Japonesa foi obrigada a modificar a sua natureza, de escola estrangeira passou a funcionar exclusivamente como uma escola particular primária, alterando seu nome para Sociedade Instrutiva Vila Mathias em 1941 (SILVA, 2011). Mesmo assim, as visitas dos delegados de ensino às escolas japonesas tornaram-se mais frequentes. Analisando os Relatórios da Diretoria Regional de Santos, encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo elaborados no final da década de trinta e início da década de quarenta, percebeu-se que houve um aumento no

número de visitas as escolas nipônicas até o seu fechamento, como consta na tabela abaixo:

Visitas de inspetores de ensino às escolas japonesas de Santos

Escolas	1938	1939	1940	1942
Escola Japonesa de Santos	3	2	5	fechada
Escola Japonesa Kazushi	2	3	1	fechada
Escola União Japonesa	1	2	5	fechada
Total	6	7	11	-----

FONTE: Autor.

O fim, contudo, foi inevitável. Em 1942, todas as escolas de origem japonesa, alemã e italiana foram obrigadas a fechar. No caso de Santos, além de fechar, o casarão onde funcionou a Escola Japonesa de Santos foi confiscado para o patrimônio da União e assim permaneceu até o ano de 2008, quando finalmente a colônia japonesa conseguiu reaver o prédio. As demais escolas jamais voltaram a funcionar, sendo que a Escola União Japonesa desapareceu por completo e a Escola Kazushi, encontra-se hoje em ruínas, sobrando somente as fundações e a escadaria do casarão em meio ao matagal (SILVA, 2011).

O governo buscou restringir a ação dos imigrantes na região, alegando o risco de espionagem de submarinos ou navios inimigos na costa brasileira. Por isso, foi proibida a venda de combustível à japoneses, alemães e italianos. A medida afetou diretamente aqueles que lidavam com a pesca, devido à impossibilidade de abastecimento para mover os barcos. Como solução, a exemplo do pai da Entrevistada AH, alguns imigrantes arriscaram-se em adquirir combustível de forma ilegal, aumentando ainda mais os riscos de detenção:

O período, na época da Guerra, como meu pai tinha barco de pesca e meu pai ele era naturalizado brasileiro e, então, ele não... os barcos estavam no nome dele e tudo, na época da Guerra o que que eles fizeram? Cortaram o combustível que era o que movia os barcos que meu pai tinha, o Dais e o Alice né, mas precisava trabalhar para ganhar dinheiro, como é que ia sustentar a família? Como não podia vender, ele comprava clandestino né, aí pegaram ele, ele foi preso, não estava fazendo nada demais porque ele pagava e tudo direitinho, né, como é que ia trabalhar com um barco sem combustível? Não podia funcionar né! E ele era naturalizado! Que valor que tinha? Nenhum pro pessoal, mas aí ele foi preso, não sei quanto tempo ficou, um mês, só sei que minha mãe levava todo dia comida lá pro eu pai, aqui, na

Praça dos Andradas, naquela cadeia. Mas graças a Deus saiu, aí depois que foi mandado embora de Santos né!

Além de serem proibidos de executar uma série de atividades, também não poderiam conversar normalmente na língua do país de origem. Mesmo no final da década de trinta e início da década de quarenta, era comum encontrar japoneses no Brasil que não dominavam plenamente o português, mantendo, assim, comunicação em japonês, principalmente no ambiente familiar. Essa comunicação representava risco de detenção simplesmente por pronunciar palavras em outra língua que não fosse o português. Certa ocasião foi lembrada pelo Entrevistado AF que, ao testemunhar um fato ocorrido no bairro do Saboó, contou que os japoneses foram severamente advertidos quanto à proibição de manter comunicação em língua estrangeira, ameaçando-os de prisão:

Teve uma vez que eu fui ser testemunha de um cara, um japonês, aí o delegado deu uma bronca no cara, na minha frente, eu tava lá, era testemunha e começou a perguntar: “faz tempo que o senhor conhece o seu fulano aqui, quero ver se você sabe do acontecido”. Aí eu comecei a falar, depois foi o japonês falar com ele assim na língua deles, o delegado falou “escute, é proibido falar a língua japonesa aqui, cala a boca, não pode falar!” Deu um grito na minha frente, os japoneses ficaram quietinhos, depois da Guerra não podia falar a língua japonesa, ficou quietinho.

Mas o pior ainda estava por vir. Em 1943, o governo determinou a remoção de todas as pessoas de nacionalidade do Eixo da costa litorânea do país, uma vez que toda essa região foi considerada área de segurança nacional. Todos os japoneses presentes na cidade de Santos tiveram menos de vinte e quatro horas para deixar a cidade rumo ao interior. Muitas famílias foram abrigadas por parentes, outras se hospedaram em residências de estranho, prestando serviços para arcar com suas despesas. Sem tempo hábil para se desfazer de seus pertences, muitos venderam o que tinham a qualquer preço ou deixaram para trás. O jornal A Tribuna do dia 9 de julho de 1943 registrou:

Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer de seus bens. No

Marapé, na Ponta da Praia e em Santa Maria, houve verdadeira corrida para a venda de suínos, galináceos, muares etc. Os japoneses - quase todos proprietários de chácaras – expuzeram à venda quase tudo que possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo [...]. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.

Quanto a remoção, a Entrevistada MK relembra o seguinte:

Olha, a retirada foi difícil! Eles avisaram à tarde, disse que tinha que sair, aí saíram e foram tudo para a estação Santos-Jundiaí. E a gente nem conhece nada, mas pegamos um trem para a Imigração, imigrante e depois pegamos um outro trem para Bauru. Cada um tinha um conhecido no interior, soube do caso e deixou. Nós tínhamos, em Bauru, aí vieram buscar agente na estação de Bauru. Ficamos hospedados na casa dessa família e depois cada um arranhou um canto para ficar, chácara outra vez! Foi assim a vida.

Segundo as autoras Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado, ao se trabalhar com História Oral, é preciso utilizar métodos e técnicas emprestadas de outras disciplinas para dar conta do contexto sociológico e psicológico do entrevistado para a percepção de informações e elementos nem sempre presentes na sua fala (1998. p. 38). A partir desse ponto de vista, foi possível notar que a maioria dos entrevistados lembrou o episódio da remoção da cidade sem antes mesmo serem indagados sobre o assunto, descrevendo posteriormente uma série de detalhes, revelando o quanto aquilo foi marcante para as suas vidas.

Os arquivos do DOPS

Nos prontuários do DOPS, presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, é possível encontrar outras histórias dramáticas referentes a japoneses que deixaram a cidade de Santos e que ajudam a entender melhor o referido contexto histórico (TAKEUCHI. 2002). O Prontuário 23821, por exemplo, diz respeito à tentativa de uma família portuguesa de trazer de volta para a região uma menina que era órfã de pai e

mãe, criada pela mesma e foi obrigada a se retirar da cidade, sem ter lá quem a cuidasse. Contudo, não se sabe se o pedido foi aceito ou indeferido. Assim dizia o Delegado Auxiliar Affonso Celso:

Tenho a honra de solicitar a gentilêza das providências de V.S. no sentido de ser autorizado o regresso a esta cidade da japonesa Iaé Nishinunekura, que encontra-se nessa Capital em virtude de determinação superior. Essa moça é órfã de pai e mãe, tendo sido criada pela família do Sr. Antônio Fernandes, de nacionalidade portuguesa, desde a idade de nove anos.

O referido negociante assumiu, perante essa Auxiliar, inteira responsabilidade pela permanência daquela japoneza nesta cidade.

A expulsão da região litorânea também significou o rompimento das relações de amizade e, em alguns casos, familiares. Muitos japoneses e descendentes retomaram seus antigos contatos somente muitos anos depois, graças aos avanços tecnológicos de comunicação e da retomada do prédio onde funcionou a Associação Japonesa de Santos. Os Entrevistados FS e DS afirmam que após a remoção, perderam o contato adquirido na Escola Japonesa, retomado somente com a reinauguração da sede da Associação Japonesa de Santos. Assim disse a Entrevistada DS:

Mas, ainda tem o Ignácio, que está na fotografia que mora em São Paulo, hoje é Pastor, e algumas pessoas que eu perdi de vista, depois veio a Guerra e com isso nós tivemos, perdemos o relacionamento com as pessoas. Logo depois passou a ser do Exército, a casa foi cedida e agora depois de muitos anos é que eu me encontrei com algumas pessoas daquela época.

Como muitos japoneses não tiveram tempo hábil para liquidar seus negócios na cidade. Muito dos prontuários analisados, dizia respeito a pessoas que deixaram seus negócios para trás e necessitavam regressar a cidade a fim de quitá-los devido às dificuldades financeiras vividas no interior. Quando eram autorizados, recebiam permissão de regressar em um prazo de poucos dias com a presença de um investigador.

Os mais atingidos por esses problemas foram os pescadores. Dentre os arquivos analisados, muitos deles apresentavam solicitações de pescadores que estavam passando por severas dificuldades devido a falta de adaptação ao trabalho encontrado no interior.

O prontuário n° 28648, por exemplo, é mais um desses casos, onde o requerente relata que vivia em Santos a mais de trinta anos sempre tirando o sustento de sua família através da pesca e, por conta da remoção, encontrava-se em situação financeira delicada:

Seian Hamamoto, abaixo assinado, brasileiro naturalizado, de profissão pescador matriculado na Capitania dos Portos de Santos, filho de Casaemon Hamamoto e dn. Mina Hamamoto, residente em São Paulo a rua conde de Sarzedas n° 108, vem por meio deste muito respeitosamente solicitar-vos o seguinte.

O requerente que conta 65 anos de idade, residia em Santos a Avenida Rei Alberto n° 241 em companhia de sua esposa de nome Missako Hamamoto e mais 8 filhos, brasileiros, vivendo do produto da pesca, isto a mais de trinta anos, sempre em Santos.

Acontece que por determinação das respeitáveis ordens das autoridades, teve que retiraram-se de Santos, estando provisoriamente residindo em São Paulo, onde vive passando privações, pois o pouco recurso que possuía gastou em custeio de sua vida na Capital, achando atualmente quase na miséria.

Pelos motivos acima, é que o peticionário implora da digna autoridade que preside os destinos da Ordem Política e Social o seu regresso para Santos, amparando deste modo um velho, bem como seus filhos todos brasileiros [...].

Na tentativa de convencer as autoridades, os solicitantes anexavam documentos que pudessem comprovar os vínculos com a cidade. Um exemplo interessante é o Prontuário n° 19808, referente ao japonês Ikuiti Fukumoto, constando em anexo o diploma do seu filho do ensino primário cursado no Grupo Escolar Barnabé como prova do vínculo de sua família com a cidade. No entanto, esse caso foi um dos poucos indeferidos, podendo seu filho regressar somente para realizar exames finais no ensino secundário.

Em outros casos, os solicitantes alegavam que tinha trabalho garantido na cidade e foram obrigados a abandoná-los. Nesses casos, a própria companhia que os contratava tentava interceder alegando a importância, em carta anexada ao prontuário, dos trabalhos realizados por determinado funcionário. No prontuário n° 62283, Kame Uechi alega possuir emprego garantido na Companhia Docas de Santos, sendo que a própria Companhia declarou:

São necessários a esta Companhia os serviços do Sr. Kame Uechi, trabalhador de carga e descarga da turma número V da Divisão do Tráfego, de nacionalidade japonesa, atualmente afastado de suas

funções, em virtude de determinações emanadas da Delegacia Auxiliar de Santos, em meados de 1942.

A maioria dos pedidos foram deferidos, sendo poucos casos considerados de riscos para a segurança nacional e que não eram autorizados. Com isso, ainda no ano de 1943, pouco a pouco as famílias que não conseguiam se adaptar regressaram e contribuíram para restabelecer a colônia da cidade novamente, que jamais seria a mesma dos anos anteriores à Guerra. A Entrevistada TS, por exemplo, relembra que sua família não se adaptou ao trabalho em uma fazenda e regressou, tendo que recomeçar do zero coletando algas:

O regresso foi assim, regresso em quarenta e sete com uma mão na frente e outra atrás, com dívida nas costas, nessa altura eu já tinha casado com ele. Então ele é de Presidente Prudente. O que nos salvou muito foi... você conhece *sushi*? Você conhece aquela folha que é preparada? Naquela época tirava-se muito aquela alga, aquilo é uma alga que dava nas costeiras, sabe? Então, predominava aquilo. Então ele ia buscar, mandava minhas irmãs também ir buscar, tinha meus primos que também iam em busca e aquilo tirava das pedras, trazia para casa, moía, para moer não era elétrica, era manual; eu com meu filho nas costas moía aquilo, lavava direitinho.

A tabela abaixo representa a análise quantitativa dos documentos do DOPS referentes a imigração japonesa na cidade de Santos e ajuda a visualizar melhor a situação daquelas pessoas e como, pouco a pouco, elas puderam regressar a cidade e recomeçar suas vidas:

Prontuários do arquivo do DOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo

Pedido com fins comerciais e saldo de dívidas:	21
Pedido de transferência de moradia permanente em regresso a Santos:	31
Pedido de licença para manipular produtos químicos e explosivos:	4
Pedido de transferência de endereço para a capital ou interior:	6
Preso por circular sem salvo conduto:	1
Presos por falar língua estrangeira:	4
Outros:	9
Deferidos:	49
Indeferidos:	2

FONTE: Autor.

Considerações finais

A década de trinta foi marcada por um forte espírito de nacionalismo por parte das autoridades, principalmente após o Estado Novo. Pretendia-se com tais políticas erradicar as minorias étnicas e valorizar o espírito na cultura brasileira. Contudo, tais políticas, pelo menos até certo ponto, tiveram êxito na medida e que impôs uma série de dificuldades a essas minorias. Os japoneses, por exemplo, foram atingidos justamente onde havia maior preocupação, na educação.

A situação foi ainda mais delicada no caso de Santos. Com a faixa de segurança nacional durante os anos de Guerra, qualquer japonês, alemão ou italiano, poderia ser confundido com inimigos de guerra, e serem tratados como tal. Porém, a fala dos entrevistados, assim como os prontuários do DOPS, revela que eram apenas pessoas preocupadas com seus problemas cotidianos e que, de uma hora para outra, viram-se em uma situação muito delicada. Uns com a família dividida, outros sem trabalho e vivendo de favor na casa de estranhos e outros necessitando regressar a cidade para saldar suas dívidas e negócios.

Apesar da área de segurança nacional, a qual a cidade de Santos fazia parte, não foi encontrado nenhum prontuário cuja pessoa investigada tenha realmente participado de algum ato de conspiração ou quinta-coluna, a exemplo da organização Shindo Reimei. Por isso mesmo, pouco a pouco, as pessoas puderam regressar para a cidade. Infelizmente, muitas famílias organizaram-se no interior e jamais regressaram a cidade. Outras, sem seus pertences e com suas propriedades roubadas, a exemplo de alguns entrevistados, necessitaram recomeçar do zero, assim quando desembarcaram no Brasil para trabalhar nas fazendas de café.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Santos: urbanismo na época do Café. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Cord.). **Santos, Café & História**. Santos: Leopoldianum, 1995. p. 89–106.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1960.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Pesquisa Histórico-Sociológica, Relatos Oraís e Imigração. In: ----; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2005. p. 87–113.

_____. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. **Educação & Sociedade**, n. 72, ago, 2000. p. 43-72.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês: História da sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 – 1922)**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. 1973.

SAITO, Hiroshi. **O Japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930 – 1942)**. São Paulo: Nacional, 1985.

SILVA, Rafael da Silva e. **A Educação Japonesa na cidade de Santos**. 2011. 401 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos.

SKDIMORE. Thomas E. **Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. **O Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945)**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

WAKISAKA, Katsunori (cord.) e outros. **Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

Outras fontes consultadas

A Tribuna. Santos, 11 maio 1930.

A Tribuna. Santos, 09 jul. 1943.

BRASIL, **Decreto-lei n° 386**, de 18 de abril de 1938.

BRASIL, **Decreto-lei n° 406**, de 4 de maio de 1938.

BRASIL, **Decreto-lei nº 868**, de 18 de novembro de 1938.

BRASIL, **Decreto-lei nº 4166**, de 11 de março de 1942.

GOVERNO DO ESTADO. **Relatório da Diretoria Regional de Santos**. Santos: 1940.

_____. **Relatório da Diretoria Regional de Santos**. Santos: 1941.

_____. **Relatório da Diretoria Regional de Santos**. Santos: 1943.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Recenseamento de 1913**. Santos: 1914.

Prontuários consultados do DOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo

29424	28384	45197	45223	68848
9015	45305	48756	29424	20346
57327	10185	47072	19808	45335
18335	61190	45267	45193	43453
45225	22309	14325	62283	46856
29424	45334	16929	13967	29424
9015	54216	45284	45207	6726
57327	87886	45286	62281	10689
18335	8516	61768	45269	30704
45225	26430	9346	45210	45339
29424	45224	7338	28648	94442
9015	9327	74585	26393	45328
57327	45241	15602	45283	73929
18335	45191	24750	61556	
45225	41728	45329	19964	